

PÁG 2

Grupo Técnico se antecipa e discute propostas da futura CP sobre monitoramento de mercado

PÁG 5

Abraceel apresenta agenda do mercado de 2023 ao Diretor-Geral da Aneel

PÁG 8

Abraceel na Mídia

PÁG 9

Curtas

PÁG 13

E o Congresso?

PÁG 15

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Grupo Técnico se antecipa e discute propostas da futura CP sobre monitoramento de mercado

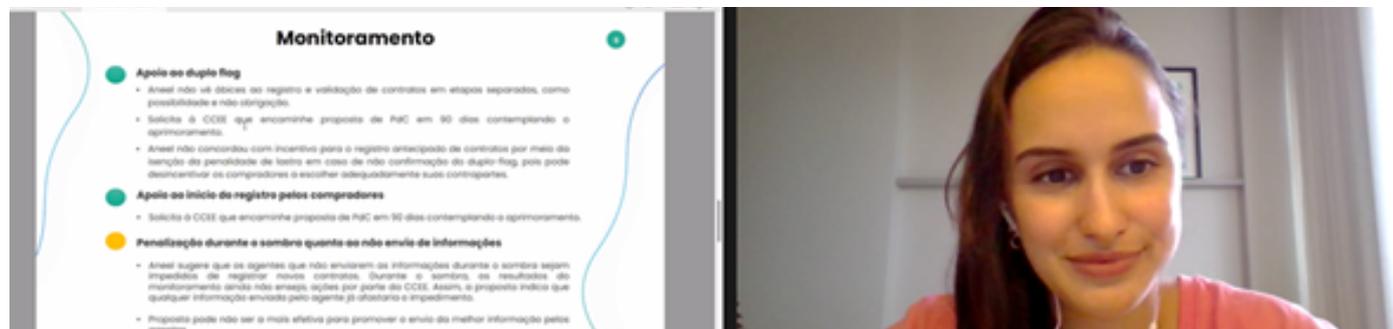
Matéria em 1 minuto:

- Segunda fase da consulta pública está prevista para ser aberta na primeira quinzena de fevereiro;
- Associadas voltaram a firmar posição contrária ao envio da exposição das cinco maiores contrapartes e demonstraram preocupação com o critério de classificação dos ativos líquidos utilizado no indicador de alavancagem;
- Proposta da nota técnica da Aneel está, em geral, bastante alinhada aos pontos defendidos pela Abraceel.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 24.01, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a nota técnica emitida pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado (SRM) da Aneel acerca do resultado da Consulta Pública 11/2022, sobre monitoramento de mercado. O objetivo foi nivelar as propostas que devem constar na nova fase da CP, prevista para ser aberta na primeira quinzena de fevereiro, e antecipar os pontos de contribuição da Abraceel.



Na reunião, que contou com a presença de cerca de 160 representantes de associadas, houve avaliação que a proposta da nota técnica está, de forma geral, bem alinhada com os pleitos da Abraceel, e que houve muitos avanços desde o início das discussões.

Por exemplo, foi sugerido pela área técnica concluir a consulta pública sobre garantias financeiras somente após a efetiva implementação do monitoramento, pleito recorrente da Abraceel. Além disso, também está sendo proposto o monitoramento prudencial (envio de indicadores) para todos os agentes da CCEE, com exceção dos agentes de distribuição, em linha com a sugestão da Associação.

Na nota técnica, no que se refere ao monitoramento ser realizado por grupo econômico, a SRM argumentou que a avaliação de risco é relativa a cada agente da CCEE porque os efeitos da inadimplência são inerentes apenas ao agente, não acatando, portanto, o pleito de monitoramento por grupo.



Segundo consta na nota técnica da Aneel, os agentes deverão encaminhar à CCEE as seguintes informações:

- (i) o total de contratos de compra e de venda consolidados, em reais e MW médios, por mês, para o horizonte dos próximos seis meses e por submercado;
- (ii) previsão de geração e consumo em MW médios por mês para o mesmo horizonte e por submercado;
- (iii) exposição das cinco maiores contrapartes considerando as próximas três contabilizações do mercado de curto prazo; e
- (iv) patrimônio líquido excluindo elementos de baixa liquidez.

Sobre o último ponto, as associadas questionaram quais seriam os critérios para classificar os elementos de baixa liquidez e se os ativos líquidos seriam aqueles que podem ser monetizados no prazo de até dez dias. Os representantes das associadas comentaram que o prazo de dez dias úteis é desproporcional com o período de análise de risco, de seis meses, além de ser uma tarefa contábil de difícil operacionalização em empresas grandes.

Envio de informações sobre maiores contrapartes segue polêmica

Com respeito à exposição das cinco maiores contrapartes, quase a unanimidade dos agentes se posicionou de forma contrária ao envio dessa informação, respaldados pela Abraceel, que considera que o envio do valor final do fator de alavancagem calculado pelo agente seria suficiente nesse momento.

Já a Aneel entende que considerar somente o fator de alavancagem seria um procedimento sujeito a distorções e que as informações referentes às maiores contrapartes podem propiciar uma visão para que a CCEE avalie o risco sistêmico que a inadimplência de um agente pode causar. Mesmo assim, não ficou claro qual o objetivo de uso dessas informações pela CCEE, pois não influenciarão no cálculo do fator de alavancagem ou na inclusão do agente para monitoramento.

Debatendo esses temas, foi sugerido que, ao invés do envio das cinco maiores contrapartes, poderia ser proposta a auditoria das informações enviadas, para atender a intenção da CCEE de realizar checagem cruzada dos dados, com objetivo de averiguar a veracidade das informações.

A nota técnica propõe que o “período sombra” seja iniciado a partir do terceiro mês da homologação da nova resolução normativa, o que, para algumas associadas, é um prazo curto para operacionalizar todas as mudanças necessárias, até porque o sistema tecnológico disponibilizado pela CCEE ficou por pouco tempo em teste.



Outro apontamento realizado pelas associadas é que o teste foi realizado sem que todas as informações do Manual Algébrico estivessem no sistema e que o próprio formato do envio da informação ainda não está definido. Foi sugerido que a CCEE realize uma reunião ampla com os agentes, explicando o sistema, para que as áreas de TI das empresas possam primeiramente tirar dúvidas e até especificar requisitos para o sistema.

Sobre a fiscalização dos agentes, a área técnica propôs a verificação aleatória de 10% dos agentes, por cada classe, com rolagem de 50%, o que gerou questionamentos sobre como a fiscalização será realizada e quais serão os custos associados a esse processo, já que serão pagos pelas associadas da CCEE.

A [apresentação realizada na reunião](#) está na área restrita do site, aba de “Apresentações Exclusivas”. Já a [Nota Técnica](#) de fechamento da CP pode ser lida na aba de “Contribuições e Notas Técnicas”.

Abraceel apresenta agenda do mercado de 2023 ao Diretor-Geral da Aneel

Matéria em 1 minuto:

- Aprimorar a resolução normativa que trata sobre o comercializador varejista foi um dos pleitos da agenda com Sandoval Feitosa e equipe;
- Em paralelo ao processo para monitorar a alavancagem dos agentes, Abraceel defendeu novamente a revisão da norma que distingue comercializadores entre tipos 1 e 2;
- Abraceel destacou ainda a pertinência de revisar o regulamento sobre o processo de migração para o mercado livre, de forma a simplificá-lo.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 26.01, a Abraceel se reuniu com o Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, e equipe técnica (SRM), para apresentar e discutir a agenda do mercado para 2023.



Comercialização varejista

106 mil unidades consumidoras cativas atendidas em alta tensão e que possuem demanda contratada inferior a 500 kW poderão migrar por comercializador varejista em 2024. Diante dessa realidade, a Abraceel reforçou a importância de aprimorar a resolução que trata do tema, pois a norma atual traz insegurança jurídica aos comercializadores varejistas. Um exemplo é o processo de suspensão do fornecimento dos consumidores inadimplentes representados por varejistas na CCEE.

A Lei 14.120/2021 trouxe diretrizes buscando dar maior segurança jurídica à comercialização varejista que precisam ser traduzidas em regulamentação infralegal. A Agenda Regulatória da Aneel prevê deliberação do tema no segundo semestre. Dessa forma, a Abraceel reforçou que é imprescindível a conclusão da revisão do regulamento ainda este ano.



Segurança de mercado

A Abraceel reforçou que o mercado aguarda por nova etapa da consulta pública sobre monitoramento da alavancagem, desta vez com minuta de resolução e demais detalhes do cálculo, para apreciação da sociedade e para permitir dar início à “operação sombra” no prazo mais breve possível.

O aperfeiçoamento das garantias financeiras do MCP deverá ser realizado, se necessário, após análise dos resultados do monitoramento da alavancagem. Além disso, na visão da Abraceel, a distinção entre comercializadores tipo 1 e 2 poderá ser revista com a operação do monitoramento, já que esse é considerado um processo mais efetivo para garantir que os agentes operem de acordo com sua capacidade financeira.

Formação de preço

Em relação à governança na formação de preços, que foi objeto da CP 43/2021, a Abraceel frisou a importância de se preservar a regra de antecedência de 1 mês para adoção de novos dados de entrada nos modelos e pleiteou a deliberação da matéria ainda no primeiro semestre deste ano, para dar maior transparência às normas relacionadas a preço.

De forma complementar, diante das discussões realizadas no fim do ano passado sobre o PLD mínimo de 2023, frisou-se a importância de que seja rediscutida a metodologia da formação do PLD. Sobre essa, a Abraceel enfatizou que as discussões de eventual aperfeiçoamento devem ser realizadas considerando que deve ser dada a devida antecedência para a efetividade de novas regras, caso venham a ser definidas, pois os limites de preço influenciam as transações comerciais.

A Aneel ponderou que a resolução atual prevê realização de Análise de Resultado Regulatório (ARR) para vigência a partir de 01/01/24, o que não deve ser interpretado como se a vigência de eventuais novas regras fosse começar em janeiro de 2024. Somente caso fique demonstrada a necessidade de revisão da atual metodologia seria realizada discussão pública.

Demais assuntos

A Abraceel ponderou ainda sobre a importância de aperfeiçoar o processo de migração ao mercado livre, eliminando burocracias e barreiras desnecessárias, com padronização de todas as etapas do processo, simplificação da adequação do SMF e redução do prazo de denúncia. Nesse sentido, a Abraceel sugeriu que seja revisado o regulamento.

Além disso, a Associação solicitou a abertura de um sandbox do Open Energy, reforçou a necessidade de fortalecimento da área de mercado da Aneel, principalmente em função das perspectivas de crescimento do mercado livre, e pediu que fosse permitido o envio de vídeo nas sustentações orais feitas durante as reuniões públicas da diretoria, sem necessidade de presença física na Aneel.





Sandoval Feitosa agradeceu pelas sugestões apresentadas pela Abraceel e ressaltou que várias ações que endereçam temas apontados pela associação já estão sendo conduzidas pela Aneel. O Diretor-Geral também acatou convite da Associação para dialogar com os representantes da Abraceel durante a próxima Assembleia Geral Ordinária que será realizada dia 16 de fevereiro. Em breve serão enviadas maiores informações.

A apresentação realizada pela Associação está disponível na área restrita do [site](#), em “Apresentações Exclusivas”.





ABRACEEL NA MÍDIA



MERCADO LIVRE JÁ ABSORVE 61% DA PRODUÇÃO DE USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL

I Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



RENOVÁVEIS CRESCEM REPRESENTATIVIDADE PARA 61% NO ACL

I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



MERCADO LIVRE RESPONDE POR 57% DA PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR CENTRALIZADA

I Canal Solar

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

Mais um candidato ao Conselho da Abraceel, que segue com inscrições abertas

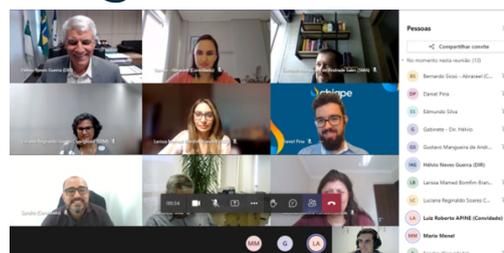
Continua aberto o período para registro de candidaturas ao Conselho de Administração da Abraceel para o biênio 2023-2025. A eleição será realizada no dia 09.03, às 9h30, de forma presencial, no Blue Tree Premium Faria Lima, em São Paulo. Podem concorrer à eleição para o Conselho de Administração aqueles que sejam efetivamente representantes oficiais das empresas associadas perante a Abraceel e que possuam pelo menos um ano de filiação, conforme os registros constantes na Associação. Para se inscrever, é necessário manifestar-se por e-mail à Diretoria Executiva (abraceel@abraceel.com.br) até 48 horas antes do momento da abertura da Assembleia. Até o fechamento desta edição do Relatório Semanal, a Abraceel recebeu a inscrição de três candidaturas: Guilherme Avila (Tradener), Eduardo Diniz (Auren) e Sergio Azevedo (Hydro).

CCEE é autorizada a não desligar agentes com ajuste de contrato que comprovarem regularização bilateral

No dia 24.01, a Diretoria Colegiada da Aneel deliberou por acatar parcialmente o pedido de Medida Cautelar protocolado pela CCEE com a finalidade de autorizar a não instauração do processo de desli-

gamento dos agentes que tiveram o primeiro ajuste de contrato e comprovarem a regularização bilateral em até 3 dias úteis a partir da divulgação dos resultados do registro de contratos pela Câmara. A decisão vale até que a Agência delibere sobre o aprimoramento regulatório. A instauração do processo de desligamento do agente logo após a data de aporte de garantias financeiras era pleito histórico da Abraceel. Porém, na CP 51/2021, a Associação contribuiu propondo a concessão de um prazo adicional curto para que o agente possa adequar sua situação financeira perante a CCEE, considerando que erros operacionais e não intencionais ocorrem. Com isso, a decisão cautelar diminui o trabalho da CCEE em iniciar o processo de desligamento de agente que pode ter sua situação regularizada e evita a exposição desnecessária do agente no mercado. A Abraceel ressalta que o texto divulgado pela Câmara não é claro, permitindo interpretações diversas. Assim, procuraremos a CCEE para buscar maiores esclarecimentos e informaremos oportunamente as associadas.

Associações se reúnem com Aneel para tratar da Convenção Arbitral, que poderá ser homologada em fevereiro



No dia 26.01, foi realizada reunião do grupo de trabalho sobre a Convenção Arbitral com o diretor da Aneel Hélvio Guerra,

que pediu vistas no processo. O encontro foi articulado pelo Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), que solicitou que a Abraceel realizasse apresentação sobre os principais pontos da proposta. Um ponto destacado na apresentação foi a importância de haver pluralidade de câmaras arbitrais disponíveis aos agentes, de forma a promover maior competição e menores preços. Outro aspecto importante ressaltado foi a regra que estabelece a possibilidade de as partes envolvidas no conflito invocarem a suspeição de árbitros, em substituição ao regulamento atual, que prevê impedimento do árbitro, medida considerada oportuna para oferecer maior oferta de árbitros às partes conflitadas. Em outras palavras, a redação da Convenção é flexibilizada para substituir a cláusula de impedimento por suspeição, permitindo que as partes acordem em aceitar árbitro ainda que conhecidas as condições de suspeita desse. O diretor, que tem até o fim de fevereiro para devolver o processo para a reunião de diretoria da agência reguladora, informou que esse último ponto foi o principal motivo do pedido de vistas, tendo a Associação buscado sanar as principais dúvidas do diretor sobre o tema. A [apresentação realizada](#) pela Abraceel está disponível na área do associado.

MMGD entra na pauta da reunião da Aneel

Está na pauta da reunião de Diretoria da Aneel do dia 31.01 (i) o resultado da Consulta Pública 51/2022, sobre o aprimoramento da regulamentação do marco legal da MMGD e (ii) o resultado da Consulta Pública 50/2022, que trata do aprimoramento de submódulos do PRORET que regulamentam o marco legal da GD. O relatório

do resultado da CP 51/2022 pode ser lido na íntegra no [link](#).

Após apontamentos da ANP, associações discutem detalhamento do Conselho de Carregadores de gás

No dia 25.01, foi realizada reunião das associações que elaboraram a proposta do Conselho de Usuários de gás para a ANP, incluindo a Abraceel, com o objetivo de avaliar as mudanças necessárias no estatuto desse colegiado a fim de que esse se enquadre nas proposições da ANP, conforme apontamentos feitos pela agência reguladora em correspondência. Entre as alterações propostas, destaca-se a necessidade de ficarem mais bem definidas as funções e atribuições do Conselho e a regra de deliberação em caso de dissenso. A reunião também marcou a primeira participação da Abraget, associação dos geradores termelétricos, que ingressou recentemente no grupo, que já conta com Ibp, Abrace, Abpip e Abraceel. As associações enviarão as atualizações para a ANP e buscarão interagir com o regulador para acelerar o pleito, que deverá ser objeto de consulta pública.



CNI discute migração para o mercado livre

A Abraceel participou de workshop realizado pela CNI dia 27.01, que debateu a

migração para o mercado livre de energia. Entre os palestrantes, Gustavo Martinelli (CCEE), Fillipe Soares (Copel) e Tânia Mara (FIEMG). O evento envolveu a discussão das regras da Portaria MME 50/2022, que estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2024 todos os consumidores atendidos em alta tensão poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer fornecedor.

Fórum debaterá expectativas para o setor elétrico em 2023



No dia 31 de janeiro, às 11h, será lançado o Fórum Brasileiro de Líderes em Energia, com convidados que discutirão as tendências e expectativas para o setor elétrico. O encontro, online e gratuito, terá a participação de Mário Menel, Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE); Wilson Ferreira, Presidente da Eletrobras; Sandoval Feitosa, Diretor-Geral da Aneel; e Marcelo Moraes, CEO do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia. A moderação será de Rodrigo Polito, jornalista

da MegaWhat. Clique no [link](#), inscreva-se e participe.

Evento sobre mercado de hidrogênio trará discussões sobre comercialização

Com apoio da Abraceel, o [Hydrogen Expo South America](#) acontecerá nos dias 20 e 21.06 no Rio de Janeiro e reunirá profissionais do setor, empresas e formadores de opinião envolvidos no promissor mercado de hidrogênio no Brasil. Será uma oportunidade para conhecer novas tecnologias e soluções que pretendem transformar o segmento nos próximos anos, além de conferir os projetos de hidrogênio que já estão sendo implementados no Brasil, América do Sul e no mundo. Destaque para discussões sobre geração e comercialização de energia.



Convite: Mercado a prazo de energia elétrica de Portugal e Espanha

No dia 09.02, às 11h, a Abraceel promoverá um bate-papo com Jorge Simão, Diretor do Operador do Mercado a Prazo (OMIP) do Mibel, Mercado Ibérico de Energia Elétrica. Na ocasião, Jorge Simão apresentará o modelo e o funcionamento do mercado de derivativos e futuros do Mibel, bem como da Câmara de Compen-

sação e Contraparte Central (OMIClear), que realiza a compensação e liquidação dos derivativos negociados no OMIP. O encontro é um dos frutos da Missão Internacional da Abraceel ao mercado ibérico e busca colher experiências de mercados mais desenvolvidos para apoiar a modernização do setor elétrico brasileiro. As informações de acesso foram enviadas por e-mail.

de transporte ou de distribuição, como se sabe, vem sendo objeto de muitas discussões, e é importante para definir se estaria sob regulação da ANP ou do estado, pois o gasoduto está sendo construído entre municípios do estado de São Paulo com capacidade para transportar expressivos volumes de gás natural, podendo gerar o ilhamento de São Paulo, sem possibilidade de escoamento do gás para outros estados.



BATE-PAPO
com Jorge Simão - Diretor do Operador do Mercado a Prazo (OMIP) do MIBEL

Mercado Ibérico de Energia Elétrica: Modelo e Funcionamento do Mercado a Prazo

9 FEB 11h QUINTA

Link do Zoom da Abraceel

ID: 61 3223 0081
Senha: 6132230081
Acesse o Zoom também pelo QR Code



Minuta de contribuição: Adequação dos Procedimentos de Rede para inclusão da MMGD

O Grupo Técnico enviou minuta de contribuição para a Consulta Externa do ONS, que objetiva revisar os submódulos 3.5 e 4.4 dos Procedimentos de Rede para inclusão da MMGD no processo de consolidação da previsão de carga. O documento solicita principalmente a especificação dos relatórios que constam na normativa e detalhamento de formulações em prol da transparência. As associadas que desejarem enviar sugestões ao texto, bem como outros pontos, podem enviar para gt@abraceel.com.br até o dia 03.02. O prazo para envio ao ONS é até 06.02.

ANP aprova CP sobre o acesso às infraestruturas essenciais

Na Reunião do dia 26.01, a Diretoria da ANP deliberou por aprovar Consulta Prévia sobre o acesso negociado e não discriminatório de terceiros às infraestruturas essenciais. Na mesma reunião, o Diretor-Geral Rodolfo Saboia pediu vistas ao processo que trata do acordo entre a ANP e ARSESP para estabelecer condições possíveis e necessárias para que o gasoduto Subida da Serra possa operar de acordo com as legislações federal e estadual. A classificação do gasoduto como sendo



Vai começar! No dia 1º de fevereiro, o Poder Legislativo vai inaugurar os trabalhos da nova legislatura. Os senadores e deputados federais eleitos serão empossados e cada Casa realizará eleições para a Presidência e demais cargos da Mesa Diretora.

Por que isso importa? Os presidentes da Câmara e Senado são os principais responsáveis pela pauta no Legislativo. Uma boa relação entre Lula e os futuros presidentes do Senado e Câmara é fundamental para o Executivo avançar com sua agenda. E é por isso que as alianças já começaram há algum tempo.

Câmara – o deputado federal Arthur Lira tem boas chances de ser reeleito.

Há impasse nas negociações em torno da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), cuja presidência estava prometida ao PL, principal oposição ao PT. Já houve informação nos bastidores sobre aumento do número de comissões temáticas na Câmara ou até o desmembramento das comissões existentes como forma de atender os diferentes partidos. O PT tenta aliança com o União Brasil para isolar o PL, mas em troca o partido deseja mais cargos no governo. [Saiba mais.](#)

Senado – a reeleição de Rodrigo Pacheco pode ficar mais complicada com a candidatura do senador Rogério Marinho, do PL, maior bancada da Casa, que poderá ter apoio de outros importantes partidos do Centro, como o PP, em troca de apoio para a reeleição de Lira.

Esse impasse entre os partidos tem sido apontado como um dos entraves para a definição da equipe do Ministério de Minas e Energia. É possível que esse imbróglio seja solucionado apenas na primeira semana de fevereiro, quando forem definidas as eleições no âmbito do Legislativo.

Prioridades do Governo – Embora o Congresso Nacional esteja de recesso, o Executivo já apontou sua pauta prioritária: novo arcabouço fiscal, reforma tributária, reajuste da tabela do imposto de renda, novo cálculo do salário mínimo e voto de qualidade no Carf. A pauta foi divulgada pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). [Saiba mais.](#)





O gás já está na pauta – Lula fez sua primeira viagem oficial. Embora escalado para fazer parte da comitiva, o Ministro Alexandre Silveira acabou não indo. Na visita à Argentina, Lula disse que, se houver interesse dos empresários e do governo brasileiro, o BNDES financiaria o gasoduto de Vaca Muerta. [Saiba mais.](#)

Confirmado Jean Paul na Petrobras - O ex-Senador pelo PT Jean Paul Prates foi eleito por unanimidade para assumir a Presidência da Petrobras. O Senador foi o líder do recurso que segurou o PLS 232/2016 (portabilidade da conta de luz) no Senado, mas também foi ele que abriu mão para que a matéria seguisse para a Câmara como PL 414 em 2021. Veja [aqui](#).

Ênio Verri em Itaipu – O deputado federal do PT Ênio Verri deverá ser o novo presidente de Itaipu. O convite do presidente Lula teria ocorrido no dia 26.01, conforme informações do próprio deputado. Ênio Verri é próximo da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e terá o desafio de auxiliar nas negociações sobre a possível revisão do Anexo C do tratado de Itaipu.



Ênio Verri  @enioverri · 4h ...

Me sinto honrado do @LulaOficial escolher meu nome para assumir essa nova missão em Itaipu!  Aceito o desafio e pretendo contribuir para o avanço econômico, tecnológico e social do nosso país.

 **PRÓXIMA
SEMANA**

31.01 - Terça-feira: Vice-Presidência de Energia participa de reunião do GT MMGD do CT PMO-PLD, às 15h30;

31.01 e 01.02 - Terça-feira e quarta-feira: Ângela Oliveira representa a Abraceel no Seminário RedIndústria, que discutirá a pauta prioritária da indústria para o Legislativo;

02.02 - Quinta-feira: Abraceel se reúne com a CCEE para tratar dos testes de tecnologia e segurança do sistema do monitoramento prudencial, às 10h.